

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
CURSO DE HISTÓRIA**

Eduardo Toscano Novaes Junior

**Da segregação social indígena à refundação nacional no governo Evo Morales: uma
análise do filme *Evo Pueblo* (2007)**

ITUIUTABA – MG

2025

Eduardo Toscano Novaes Junior

**Da segregação social indígena à refundação nacional no governo Evo Morales: uma
análise do filme *Evo Pueblo* (2007)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado e Bacharel em História

Orientador: Prof. Dr. Newman di Carlo Caldeira

**ITUIUTABA – MG
2025**

Dedico este trabalho à minha família e meus amigos. Essa felicidade se torna mais real porque posso compartilhar com vocês.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais, Eduardo e Jaqueline, que fizeram o possível e o impossível para me dar chance de escolher o meu próprio caminho. À minha tia Diva, que é um exemplo de dedicação e esforço, e para toda a família que sou abençoados por ter.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, em especial aos professores e técnicos do *Campus Pontal*, por todo o suporte dado a mim durante toda a minha graduação. Sou grato a todos os professores dos quais fui aluno, em especial ao que também tive a oportunidade de ter como orientador, Newman di Carlo Caldeira. Obrigado pela paciência, compreensão e pela ajuda na produção deste trabalho.

Agradeço aos amigos e colegas de curso que fizeram parte da minha jornada, especialmente a Davi Aragão, Marcos Flávio e Victor Ridel. Obrigado pela parceria, pelas conversas fiadas e debates intelectuais, e pelo incentivo de sempre.

À minha parceira, Olívia, que esteve do meu lado por toda a árdua caminhada até a conclusão deste artigo e que me incentivou a não desistir dos meus objetivos, mesmo quando eu já não acreditava que conseguiria. Obrigado por me ajudar cada dia a superar o medo de dar certo!

Resumo

O artigo analisa a trajetória histórica e política da Bolívia, da fundação colonial da desigualdade até a ascensão de Evo Morales e sua representação no filme *Evo Pueblo* (dir. Tonchy Antezana, 2007). Parte-se da noção de que o país foi marcado por uma dualidade persistente — a exclusão das maiorias indígenas e campesinas frente às elites brancas e mestiças — que estruturou tanto a economia quanto a cidadania. A primeira seção explora como a herança colonial e republicana forjou uma sociedade profundamente hierarquizada, atravessada por rupturas e permanências até a Revolução Nacional de 1952 e seus desdobramentos. A segunda seção examina a trajetória de Evo Morales e os dilemas de seu governo, articulando conceitos como “nação plebeia” (García Linera) e “sociedade *abigarrada*” (Zavaleta Mercado). Por fim, a terceira seção interpreta o filme *Evo Pueblo* como um dispositivo de construção simbólica que reforça a imagem de Morales como líder messiânico e refundador do Estado. Conclui-se que a obra filmica, ao mesmo tempo em que celebra uma ruptura histórica, também oculta as continuidades estruturais que marcam a sociedade boliviana.

Palavras-chave: Bolívia; Evo Morales; história da América Latina; cinema.

Abstract

The article analyzes Bolivia's historical and political trajectory, from the colonial foundation of inequality to the rise of Evo Morales and his representation in the film *Evo Pueblo* (dir. Tonchy Antezana, 2007). It starts from the notion that the country has been marked by a persistent duality—the exclusion of the indigenous and peasant majorities in favor of the white and mestizo elites—which has structured both the economy and citizenship. The first section explores how the colonial and republican heritage forged a deeply hierarchical society, marked by ruptures and continuities until the National Revolution of 1952 and its aftermath. The second section examines the trajectory of Evo Morales and the dilemmas of his government, articulating concepts such as “plebeian nation” (García Linera) and “*abigarrada* society” (Zavaleta Mercado). Finally, the third section interprets the film *Evo Pueblo* as a device for symbolic construction that reinforces the image of Morales as a messianic leader and refounder of the state. It concludes that the film, while celebrating a historic rupture, also conceals the structural continuities that mark Bolivian society.

Keywords: Bolívia; Evo Morales; Latin American History; cinema.

Introdução

A independência da Bolívia em 1825, embora aclamada como um marco de liberdade, perpetuou práticas conhecidas de boa parte dos indígenas, a partir da manutenção das antigas estruturas de dominação do Período Colonial. No recorte temporal entre 1825 e 1890, a recém-formada República da Bolívia, sob o comando de elites *criollas*, consolidou um Estado que, em sua essência, operava sobre a exclusão racial e a negação sistemática dos direitos dos povos Aymara e Quechua, categorizados pejorativamente como "indígenas" ou "índios"¹. Este não foi um cenário de libertação, mas, sim, de uma política estatal que reintroduziu impostos coloniais como tributos, impôs serviços compulsórios e promoveu a massiva expropriação de terras comunais, notavelmente sob o ditador Melgarejo². Diante dessa contínua subjugação, a resistência indígena se manifestou de múltiplas formas, abrangendo desde levantes armados e mobilizações militares, como a luta contra Melgarejo em 1870/71, até a defesa legal de suas terras e a perseverança em manter suas línguas, vestimentas e tradições culturais, afirmando sua identidade e agência histórica frente a um Estado que buscava seu apagamento. Esses movimentos, longe de serem episódios isolados, expressavam a continuidade histórica das lutas contra a opressão colonial e mantinham viva a memória de rebeliões como a de Túpac Katari em 1781³, ao mesmo tempo em que antecipavam os conflitos que marcam a sociedade boliviana ao longo do século XX e XXI. Nesse sentido, a experiência republicana inicial da Bolívia consolidou um padrão de exclusão estrutural, mas também produziu um campo fértil de resistência que se tornaria parte central da identidade nacional e política do país.

A Bolívia, com suas vastas reservas de prata, estanho, gás natural e lítio, representa um caso exemplar desse processo de espoliação, em que a riqueza do subsolo contrasta com a pobreza da superfície⁴. Ao longo dos séculos, a exclusão das maiorias indígenas e campesinas não apenas estruturou a economia, mas também definiu os limites da cidadania e da representação política no país. Gruner (2010) apresenta num contexto das décadas iniciais da República da Bolívia que, ainda que possuísse uma população majoritariamente indígena, o projeto de país e seu conceito de cidadão boliviano não levava os povos indígenas em consideração; e isso foi desde a história colonial do país um campo de enfrentamento pelos

¹ GRUNER, Wolf. Parias de la patria: ciudadanía, raza y política en Bolivia (1826-1890). La Paz: Plural Editores, 2010, p. 199-227.

² GRUNER, 2010, p. 171-199.

³ GRUNER, 2010, p. 29-55.

⁴ HILL, Sarah; KLEIN, Herbert S.; LEHM, Zulema; MCCLEARY, Sinclair Thomson (org.). The Bolivia Reader: History, Culture, Politics. Durham; London: Duke University Press, 2018, p. 1-12.

diferentes povos originários: pela via administrativa em denúncia a discriminação pelos aparatos de gestão do Estado, mas também pela violência contra autoridades locais e líderes regionais⁵. Apesar do longo histórico de supressão econômica e política por países estrangeiros desde a colonização, como no caso de grande parte dos países latinoamericanos, a Bolívia alcançou destaque na história contemporânea ao ter como presidente do país, em 2005, um homem de origem indígena: Juan Evo Morales Ayma. Isso é um marco na história da América Latina, e é frequentemente interpretada como uma inflexão nessa trajetória histórica: uma tentativa de romper com as heranças coloniais e refundar o Estado a partir das maiorias subalternizadas — indígenas, camponesas e populares. Este artigo busca compreender como esse projeto se constrói simbolicamente, especialmente por meio da representação de Morales no filme *Evo Pueblo*, de Tonchy Antezana (2007), à luz de conceitos como “nação plebeia”⁶ (García Linera), “nacional-popular”⁷ (Zavaleta Mercado) e da ideia de continuidade e ruptura histórica⁸ (Farthing & Kohl).

Líder cocalero de origem *aymara*, Morales se torna um ícone importante para o vislumbre de um novo futuro no país. Mais do que um evento eleitoral, sua ascensão foi marcada por uma forte carga simbólica e ritualística, representando, para muitos, o início de um processo de refundação do Estado. Como aponta James Dunkerley em referência aos escritos de García Linera, esse momento pode ser compreendido como a “terceira revolução boliviana”, sucedendo a independência do país e a revolução nacional de 1952⁹. No entanto, essa revolução não se deu de forma homogênea ou linear: ela carrega em si ambivalências, tensões e permanências herdadas de estruturas anteriores. Autores como Linda Farthing e Benjamin Kohl (2014) destacam que o governo Morales produziu transformações significativas — como a ampliação de direitos, a valorização da cultura indígena e a implementação de programas sociais —, mas também operou dentro dos limites de um modelo econômico ainda dependente da exportação de recursos naturais. Essa divisão se manifesta na coexistência de dois projetos civilizatórios distintos: um que almeja a evolução e a emancipação sob um formato contemporâneo, frequentemente articulado pelas maiorias indígenas-populares, e outro que

⁵ GRUNER, 2010, p. 225.

⁶ GARCÍA LINERA, Álvaro. La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia. La Paz: CLACSO; Muela del Diablo, 2008.

⁷ ZAVALETA MERCADO, René. Lo nacional-popular en Bolivia. 2. ed. La Paz: Siglo XXI, 2008.

⁸ FARTHING, Linda; KOHL, Benjamin. *Evo's Bolivia: Continuity and Change*. Austin: University of Texas Press, 2014.

⁹ DUNKERLEY, James. *Evo Morales, the “Two Boliviás” and the Third Bolivian Revolution*. Journal of Latin American Studies, v. 39, n. 1, 2007, p. 146.

busca manter a Bolívia em um estado de exploração e subordinação ao grande mercado internacional, impulsionado por elites e modelos extrativistas.

Diante disso, este artigo propõe uma análise da figura de Evo Morales não apenas como chefe de Estado, mas como símbolo político-cultural, articulado a uma narrativa que busca reconfigurar a identidade nacional boliviana. Para isso, toma-se como objeto a representação de Morales no filme *Evo Pueblo* (2007), dirigido por Tonchy Antezana, que funciona como um instrumento de construção simbólica da sua imagem pública. Através da linguagem cinematográfica, o filme se apresenta como tentativa de consolidar uma figura de liderança heroica, messiânica e legitimada por uma construção narrativa de continuidade com o povo ancestral.

A análise será orientada por três eixos teóricos principais: o conceito de “nacional-popular”, formulado por Antonio Gramsci e usado como interpretação da realidade boliviana por René Zavaleta Mercado (2008), que permite compreender como projetos políticos se constroem a partir do enraizamento popular; a noção de “nação plebeia”, elaborada por Álvaro García Linera, que interpreta a ascensão de Morales como resultado de um novo bloco de poder constituído por indígenas e camponeses; e a ideia de sociedade abigarrada, proposta por René Zavaleta Mercado, que ilumina as complexas sobreposições de formas sociais, culturais e econômicas na Bolívia contemporânea.

Com base nesse referencial, a pergunta central do artigo é: como a ascensão de Evo Morales e sua representação em *Evo Pueblo* refletem a tentativa de refundação simbólica e política do Estado boliviano a partir das maiorias indígenas-populares? Parte-se da hipótese de que o filme consolida uma narrativa de ruptura e renovação, mas que essa representação idealizada esconde as contradições e continuidades estruturais do processo político. O artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, apresenta-se os principais processos revolucionários desde o século XVIII e a exclusão estrutural das maiorias indígenas. Em seguida, discute-se a trajetória política de Evo Morales e os dilemas do seu governo. Por fim, analisa-se o filme *Evo Pueblo* como instrumento simbólico de legitimação de um novo projeto de Estado.

Entre duas Bolíviias: exclusão, conflito e projeto nacional inacabado

A história social e política da Bolívia inscreve-se em um processo mais amplo de colonização e espoliação que marcou todo o continente latino-americano. Em “As veias abertas da América Latina, Eduardo Galeano” (1979) evidencia como a conquista ibérica instaurou um

sistema de exploração que manteve abertas, ao longo dos séculos, as “veias” do continente, drenando suas riquezas para o exterior. Como observa Tzvetan Todorov (1982), o processo de conquista foi marcado por uma “destruição da alteridade”: os povos indígenas deixaram de ser reconhecidos como sujeitos plenos de direito, assim como de sua própria humanidade, passando a ser assimilados aos valores europeus ou, em muitos casos, simplesmente eliminados¹⁰. É importante destacar, no entanto, que a alteridade e o conflito já existiam antes da chegada dos espanhóis, nas relações de dominação e inimizade entre diferentes grupos étnicos andinos. A colonização, porém, radicalizou essa dinâmica ao transformar a diversidade pré-existente em um sistema de subordinação colonial e racializado, que fundiu a violência simbólica à expropriação material, moldando os fundamentos da desigualdade que persiste na formação boliviana. Como busca sintetizar Galeano, “a divisão internacional do trabalho consiste em que uns países se especializam em ganhar e outros em perder”¹¹, sendo a América Latina historicamente relegada à posição de fornecedora de matérias-primas e mão de obra barata. Essa leitura, ainda que seja determinista, ajuda a pensar sobretudo a dimensão econômica da espoliação, entendida como parte das práticas econômicas que direcionaram a América Latina a ser produtora de matérias-primas e consumidora de bens manufaturados.

Tzvetan Todorov (1982) aponta que a conquista da América implicou uma negação radical da alteridade. Ao se recusarem a reconhecer nos povos originários sujeitos dotados de linguagem, racionalidade e cultura próprias, os colonizadores europeus instituíram um regime em que o outro — o indígena — foi reduzido a objeto de conversão, dominação ou extermínio¹². Em capítulo concentrado em entender as sociedades andinas (compreendidas pela região onde hoje se situam os territórios de Bolívia, Argentina, Chile, Peru e Equador), Leslie Bethell nos apresenta a complexidade social e política da região, dominada em certas regiões pelos povos incas, com a presença de diversos grupos étnicos menores com dinâmicas sociais e cosmovisões diferentes, e quais foram as estratégias para dominação e controle desses territórios pelos conquistadores espanhóis¹³. Essa perspectiva amplia a leitura de Galeano, mostrando que o colonialismo não foi apenas um processo de exploração material, mas também de imposição cultural e epistemológica.

¹⁰ TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

¹¹ GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 7^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.13

¹² TODOROV, 2003, p. 151-223.

¹³ BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. v. 1. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1997, p. 48-75.

Essa lógica de dominação foi consolidada por um modelo social e jurídico rigidamente hierarquizado. Segundo J. H. Elliott (1997), a monarquia espanhola na América estruturou-se a partir de uma dinâmica classificatória que distingua brancos, mestiços, negros e indígenas com base em critérios étnicos, religiosos e culturais¹⁴. Os povos indígenas eram inseridos em um sistema de trabalho compulsório — como a *mita* em Potosí — e submetidos a um regime tributário específico. Como analisa Leslie Bethell (1997), essa estrutura econômica e social era inseparável de um aparato institucional centralizado, que articulava vice-reinos, audiências e *corregimientos*, e contava com a Igreja Católica como mediadora e legitimadora da ordem colonial. A catequese forçada e a destruição dos cultos originários completavam o processo de subordinação cultural. Outro ponto apresentado por Bethell é como a dominação espanhola foi acelerada porque já existia uma cultura de trabalho e ocupação de território em diferentes regiões dos Andes estabelecidas pelos incas, e que Pizarro aproveitou a oportunidade de alguns desses povoados serem contrários aos desígnios do Império para inserir os colonizadores como novas figuras de liderança.

Bethell (1997) aponta que a colonização espanhola no Alto Peru articulou-se em torno da exploração mineral em larga escala, especialmente em Potosí, sustentada pela *mita* — que mobilizava milhares de indígenas a cada ano. Essa estrutura econômica era inseparável de uma rígida hierarquia racial e legal, na qual os indígenas eram mantidos em posição subalterna e tributária. A Igreja Católica, ao mesmo tempo, desempenhou papel central na legitimação da ordem colonial, promovendo a catequese forçada e a substituição dos cultos originários por práticas religiosas autorizadas pela coroa¹⁵. Essa fusão entre exploração material e dominação simbólica moldou as bases da desigualdade que persistiria na sociedade boliviana muito além do período colonial.

Ainda que o conceito de “duas Bolívias”, encontrado nos escritos de Zavaleta Mercado (2008) e James Dunkerley (2007), se refira a uma configuração social e política do período republicano, é possível identificar, já no período colonial, os fundamentos de uma clivagem estrutural que marcaria a história boliviana. Desde o século XVI, o território do Alto Peru tornou-se palco de uma disputa entre dois projetos civilizatórios: de um lado, a continuidade das formas de organização, valores e cosmologias dos povos ameríndios pré-hispânicos, baseadas no *ayllu*, na reciprocidade e na relação comunitária com a terra; de outro, a imposição

¹⁴ ELLIOTT, John H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: América Latina colonial. v. I. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1997. p. 150.

¹⁵ TODOROV, 2003, p. 9

de um modelo de sociedade europeu, centrado na propriedade privada, na economia mercantil e na hierarquia racial legitimada pelo cristianismo. Essa tensão, longe de se dissipar, atravessou a independência e se reconfigurou nas estruturas do Estado republicano, permanecendo como marca constitutiva da sociedade boliviana até a contemporaneidade.

É perceptível, na construção cultural dos países americanos na contemporaneidade, uma diminuição da importância da atuação desses grupos, tratados pelas decisões do Estado e na composição constitucional como personagens menos responsáveis pelo desenvolvimento nacional, em todo o decorrer da história pós-colonial de toda a América. Nas últimas décadas, historiadores e antropólogos têm se dedicado a desconstruir e fazer críticas ao que havia sido escrito por autores reconhecidos, mas que contribuíram à exclusão dos indígenas e mestiços da história por trás da formação dos Estados-nação americanos.

Para entender a constituição dos novos Estados-nação americanos, Sábato (2009) busca entender quem são classificados ou não como cidadãos dentro dessa dinâmica modificada, e quem são aqueles capazes de exercer sua cidadania. A autora toma diferentes visões do conceito de cidadania como base, pois lhe interessa saber quem são os incluídos e excluídos nesses Estados do pós-independência. A partir das análises de Sábato e Halperín Donghi, é possível perceber a permanência de hierarquias e discriminações dentro desse sistema que teoricamente busca a igualdade e o bem comum baseados nos ideais republicanos. As previsões jurídicas normalmente não condiziam com as práticas sociais. Este aspecto está presente na seguinte análise de Halperín Donghi:

Três características da sociedade hispano-americana em particular conflitavam com as tendências mais liberais e igualitárias do início do século XIX: a escravidão negra; a discriminação legal, pública e privada, contra os *mestizos*; a divisão da sociedade, tão antiga quanto a própria Conquista, numa *república de españoles* e numa *república de indios*, separadas por barreiras que, embora fossem muito fáceis de transpor, ainda em 1810 continuavam até certo ponto no lugar.¹⁶

O ato de “transpor as barreiras” como coloca Halperín Donghi, é prática comum desde o Período Colonial nas Américas. Em seu texto, por exemplo, o autor trata de algumas situações em que o indivíduo se identificava como *mestizo* e em outras como indígena, buscando adaptar-se às brechas legais e conseguir direitos e representatividade. Sobre essa característica dos povos indígenas, o texto de Almeida (2011) busca desconstruir a imagem do indígena nas

¹⁶ HALPERÍN DONGHI, T. A economia e a sociedade na América espanhola do pós-independência. In: BETHELL, L. (org.). História da América Latina: da Independência a 1870, vol. III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. p. 302

histórias fundadoras dos Estados nacionais, que são grupos normalmente representados como enclaves ao progresso. No debate historiográfico do século XX, a autora aponta a seguinte crítica:

[...] nos movimentos de independência apareciam, *grosso modo*, como grupos manipulados ora por agentes do reino, ora por revolucionários. Nas disputas políticas que se sucederam à independência, eram vistos como massa de manobra dos grupos políticos liberais ou conservadores em acirradas disputas pelo poder. Nos enfrentamentos com as políticas indigenistas dos novos Estados liberais surgiam como vítimas das leis que si serviam para prejudicá-las, espoliando-os de suas terras e direitos coletivos. Assim, perdiam as identidades indígenas, misturavam-se à massa dos despossuídos e saíam da história.¹⁷

Almeida busca quebrar as generalizações, dando maior aprofundamento aos contextos locais e regionais, onde são possíveis novas concepções de fatos históricos estabelecidos por uma gama de autores cujas obras já não conseguem dar compreensão ao assunto como poderiam, devido às inovações nas pesquisas. Na obra de Almeida é citado o caso dos discursos revolucionários, que enalteciam uma figura do “indígena do passado”, enquanto o índio do presente não tinha tamanha grandeza. Interessa também em Almeida a desconstrução dos povos indígenas como “blocos monolíticos”, que agem como se tivessem uma consciência única, sem divergências entre si. O que ocorria era o contrário: indivíduos dentro de um mesmo grupo étnico tinha diferentes opiniões políticas e lutava por diferentes interesses.¹⁸ A autora analisa o comportamento político das elites *criollas* como um arremedo daquilo que era feito nos Estados europeus, tanto é que estes não se identificam com os povos nativos, ainda que apresentem traços étnicos destes.

Almeida conclui sua obra tratando dos meios utilizados pelas elites de excluir e apagar as comunidades indígenas da história dos Estados americanos no século XIX, e de como estas comunidades, ainda que extermínadas, escravizadas e desconsideradas nos “discursos políticos e intelectuais de suas elites”¹⁹, foram capazes de sobreviver e se adaptar, de forma que, ao longo dos anos, estas marcaram novamente presença nos debates políticos, por exemplo. Como a prova final de que não se deve desconsiderar a atuação indígena no advento dos Estados nacionais americanos, Almeida aponta:

¹⁷ ALMEIDA, M. R. C. de. Populações indígenas e Estados nacionais latino-americanos: novas abordagens historiográficas. In: AZEVEDO, C.; RAMINELLI, R. (orgs.). Histórias das américas: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 105-106.

¹⁸ ALMEIDA, 2011, p. 116

¹⁹ ALMEIDA, 2011, p.127

As populações indígenas, ao longo do século XIX, sofreram violências de todo tipo, passaram por grandes transformações e foram imensamente prejudicadas. Porém, conforme demonstram as pesquisas, souberam enfrentar as dificuldades, sobrevivendo, adaptando-se, negociando e, inclusive, apropriando-se das instituições estabelecidas pelos novos Estados para utilizá-las a seu favor.²⁰

No processo de independência da Bolívia (1809-1825) é marcado pela disputa de poder político entre elites espanholas e elites locais, tendo por base princípios iluministas da Revolução Francesa. No entanto, os povos indígenas não fazem parte do projeto de liberdade, igualdade e fraternidade. Gruner aponta para uma estigmatização por parte das elites *criollas* das pessoas das diferentes etnias indígenas como inaptos, ou mesmo indignos, de fazer parte das instituições democráticas estabelecidas na independência. Essa discriminação se dá de diferentes formas: na educação, no exército, nas taxações e privatização de terras comunais indígenas, tudo com objetivo de manter esse grupo social (os indígenas *campesinos*) como classe subordinada aos interesses das elites, que sustentavam-no no poder enquanto instrumentalizavam o afastamento das populações indígenas do jogo político no país, encenando uma postura ideológica de “nós” contra “eles”, representados pelo estabelecimento da língua espanhola como idioma oficial do país e desvalorizando costumes, tradições e culturas indígenas. Outro ponto constantemente elucidado por Gruner em sua obra é a discrepância entre o que estava definido legalmente e o que se aplicava na prática. Citando o exemplo das mudanças nos impostos:

*A pesar de que nominalmente la República abolió el tributo a mediados de 1825, los indígenas tuvieron que pagarla hasta el final del año. Tras la suspensión inicialmente por un plazo determinado, no obstante, ya en diciembre de 1826 el Parlamento republicano reintrodujo el sistema tributario colonial para los indígenas. Este impuesto especial violaba la nueva Constitución, que preveía una distribución igualitaria de las cargas entre la población. (...) En las siguientes décadas, el tributo se suprimió varias veces, pero al final sólo cambiaba la denominación, al tiempo que se ampliaba el grupo de los tributarios también a los indígenas sin tierra.*²¹

Gruner mostra, ao investigar documentos do Estado e correspondências de comunidades *quechua* e *aymara*, que ainda assim estes grupos encontravam formas de ter suas demandas ouvidas pelo governo central, por meio de petições diretas, e na introdução, ainda que com discriminação, nas forças armadas, que deu espaço para rebeliões no período pós-independência em defesa da inclusão, das línguas e costumes indígenas e redução de taxas. Do ponto de vista econômico, a mineração da prata continuou sendo a base da renda estatal, agora explorada por

²⁰ ALMEIDA, 2011, p. 127

²¹ GRUNER, Wolf. Parias de la patria: ciudadanía, raza y política en Bolivia (1826-1890). La Paz: Plural Editores, 2010. p. 249

grupos locais aliados a redes comerciais externas. Ao mesmo tempo, o campesinato indígena organizado nos *ayllus* permaneceu submetido a obrigações fiscais e a formas de servidão disfarçadas. A independência, portanto, inaugurou uma república formalmente soberana, mas socialmente restrita, cujo pacto fundacional excluiu a maioria da população. Essa contradição, como assinala Gruner, fez com que os indígenas fossem tratados como “párias da pátria”: reconhecidos como parte da nação apenas no discurso, mas marginalizados no acesso à cidadania e no usufruto das riquezas nacionais.

No contexto das revoluções da América Latina do século XX, Julio F. Carrión (2023) identifica como as três mais significativas sendo a Revolução Mexicana em 1917, a Revolução Cubana em 1959 e a Revolução Nacional Boliviana em 1952. A trajetória histórica da Bolívia revela que os grandes momentos de inflexão política estiveram sempre atravessados por promessas de transformação que, contudo, conservaram ambiguidades herdadas do passado. A Guerra do Chaco (1932–1935), conflito devastador contra o Paraguai em torno do controle do Chaco Boreal, expôs dramaticamente a fragilidade do Estado boliviano e a exclusão social de sua população majoritariamente indígena, que foi mobilizada para o front sem acesso aos direitos da cidadania²². Esse trauma coletivo abriu caminho para novas forças políticas e ideológicas que emergiram na Revolução Nacional de 1952, conduzida pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Essa revolução promoveu reformas estruturais — nacionalização das minas, sufrágio universal e redistribuição agrária — que ampliaram a participação popular, mas, como sublinha Romero Pittari (2003), o mito revolucionário conviveu com limites concretos: a inclusão política foi parcial e subordinada às elites intermediárias, enquanto as desigualdades raciais e sociais permaneceram intactas²³. Para Dunkerley (2007), trata-se de uma “segunda revolução boliviana”, transformadora, mas incompleta²⁴. Nas décadas seguintes, as promessas de democratização foram minadas por instabilidades políticas e regimes militares que instrumentalizaram a retórica revolucionária sem aprofundar a inclusão social. Esses dilemas ressurgiram nos anos 1990 e 2000, quando mobilizações indígenas, camponesas e populares — da Guerra da Água (2000) à Guerra do Gás (2003) — colocaram novamente em questão o caráter inacabado da nação boliviana.

²² CARRIÓN, Julio F. War, Revolution, and Failed Democratization in Bolivia and Ecuador. *Journal of Latin American Studies*, v. 43, n. 3, p. 497–526, 2011.

²³ ROMERO PITTARI, Salvador. La Revolución de 1952: el mito y el hecho. *Revista de Ciencia Política*, Santiago de Chile, v. 23, n. 2, p. 397-412, 2003

²⁴ DUNKERLEY, James. Evo Morales, the “Two Boliviias” and the Third Bolivian Revolution. *Journal of Latin American Studies*, v. 39, n. 1, p. 133-166, 2007.

É nesse ponto que a leitura de René Zavaleta Mercado (2008) torna-se fundamental. Ao caracterizar a Bolívia como uma sociedade *abigarrada*, Zavaleta ilumina a sobreposição de formas sociais, culturais e econômicas distintas que coexistem sem se integrar plenamente. A Bolívia não pode ser compreendida a partir de um modelo homogêneo de modernização, mas sim como resultado da convivência — e do conflito — entre temporalidades e rationalidades diversas. Assim, a herança colonial não é apenas um passado distante, mas uma chave para compreender os dilemas políticos contemporâneos. Assim, a ascensão de Evo Morales não pode ser vista isoladamente, mas como a culminância de uma longa disputa histórica marcada pela tensão entre rupturas e permanências que atravessam o país desde a colônia, passando pela república e chegando ao presente.

Evo Morales entre a trajetória militante e os dilemas de governo

A emergência de Evo Morales no cenário político boliviano não pode ser dissociada do ciclo de mobilizações sociais iniciado no final dos anos 1990. A Guerra da Água, em Cochabamba, e a Guerra do Gás representaram momentos de ruptura contra a lógica neoliberal, evidenciando a capacidade organizativa das comunidades indígenas, sindicatos camponeses e setores urbanos marginalizados. Morales, líder cocalero *aymara*, capitalizou essa energia coletiva e, através do *Movimiento al Socialismo* (MAS), transformou uma frente sindical em um instrumento político nacional. Segundo Álvaro García Linera (2008), esse processo deu origem a uma “nação plebeia”, isto é, a formação de um bloco histórico articulado a partir das classes subalternas, capaz de disputar o poder estatal em nome da refundação da Bolívia²⁵.

Pablo Stefanoni cita em seu artigo de 2010 a cerimônia de posse em 2006 do primeiro presidente indígena da Bolívia, como mais do que uma formalidade das democracias representativas: há um ar ritualístico, de contato com as tradições andinas²⁶. Percebe-se aí um momento marcante na carreira de Juan Evo Morales Ayma, de um líder *campesino* e *cocalero* (produtor de coca) a quase um guia espiritual do povo boliviano. Morales tornou-se, assim, um símbolo de um projeto ambivalente: herdeiro da longa tradição de lutas populares e, ao mesmo tempo, um governante enredado nas permanências históricas da sociedade boliviana. Essa ambiguidade, já identificada por Dunkerley (2008) ao analisar a Revolução de 1952, reaparece

²⁵ GARCÍA LINERA, Álvaro. La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia. La Paz: CLACSO; Muela del Diablo, 2008.

²⁶ STEFANONI, Pablo. Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. Lutas Sociais, São Paulo, n. 24, jun. 2010, p. 115–131.

em Morales, confirmando que cada tentativa de refundação da Bolívia se move entre mito e realidade²⁷.

Evo Morales nasceu em uma pequena vila em Oruro, em 26 de outubro de 1959. Mudou-se com a família para a região de Chapare após ter servido o exército e cursado o ensino médio, para administrar uma fazenda de produção de coca. A folha da coca é um símbolo nacional, possuindo uma grande importância econômica e cultural, ainda que nos anos 2000 passasse a ser alvo de perseguição de governos internacionais, visto que é também a matéria prima da cocaína, narcótico ilícito que representa um dos maiores alvos da aparentemente infundável guerra contra as drogas²⁸. Morales se associou à sindicatos de cocaleros e com o tempo conquistou prestígio e influência social e política, o que o leva a posições de liderança no grupo ao qual se filiou. Na década de 1980 ele foi eleito secretário geral dos produtores de coca, e nos anos 90 passou a ser importante liderança como secretário executivo em uma federação de vários sindicatos de cocaleros. Ele percebeu que a luta não era apenas pela defesa da folha de coca, mas uma questão de dignidade e soberania, o que o levou a transitar do âmbito sindical para o político²⁹. Uma característica marcante de Evo enquanto ativista é a demonstração de bravura e a fama de honesto, que o fez ganhar ainda mais credibilidade entre seus pares. Ele tinha:

Una capacidad dirigente que se reforzaba con liderazgo porque estaba presente en los bloqueos y marchas a pesar de la represión policial y militar. En una ocasión, relata un ex vocero gubernamental, cuando Evo Morales era diputado y había un bloqueo, él estaba en primera fila. Llegó la policía para reprimir y la gente escapó, pero él se quedó parado. Los periodistas y otros campesinos sintieron vergüenza y fueron al punto del bloqueo para acompañarle. “Esa conducta era ejemplar para las bases”, señala Iván Canelas. Una conducta que era reconocida y ratificada cada año con su reelección como máximo dirigente de las federaciones campesinas del trópico de Cochabamba.³⁰

Se distanciando institucionalmente dos sindicatos, Morales logrou obter um cargo na Câmara dos Deputados em 1997 e em 2002 participou pela primeira vez da disputa pela presidência do país, sendo derrotado por Gonzalo Sánchez de Lozada, do MNR. Pouco depois, Morales funda o partido MAS (*Movimiento Al Socialismo*), que recebe apoio de importantes

²⁷ DUNKERLEY, James. The Bolivian Revolution at 60: Politics and Historiography. *Bulletin of Latin American Research*, v. 27, n. 2, p. 185-206, 2008.

²⁸ Farthing e Kohl aprofundam sobre o tema no capítulo 7 do Livro “Evo’s Bolivia: Continuity and Change” - o processo da legalização da folha de coca internacionalmente foi uma das pautas que popularizou a figura de Evo como representante dos interesses bolivianos fora do país.

²⁹ HARTEN, Sven. The Rise of Evo Morales and the MAS. Londres: Zed Books, 2011.

³⁰ MAYORGA, Fernando. Mandato y contingencia. Estilo de gobierno de Evo Morales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020. p. 190.

frentes sociais, defendendo um governo de esquerda, em oposição às elites brancas e colonialistas do país, que já eram alvo da classe popular boliviana, cansada de se sujeitar a governos pelos quais não tinham seus interesses representados e direitos garantidos. O partido desenvolveu um discurso que ligava as dificuldades cotidianas às questões nacionais, ampliando seu apelo a um eleitorado mais vasto. O lema do MAS, "De protesto à proposta"³¹, sintetiza essa estratégia de combinar mobilização com participação institucional. A ideologia do MAS, descrita como um "novo nacionalismo de esquerda", baseia-se na tradição nacionalista revolucionária, com forte discurso anti-imperialista e defesa dos setores estratégicos da economia para o interesse nacional. Essa perspectiva foi combinada com um novo marco interpretativo que elegeu o sujeito indígena como protagonista político, em oposição à "*antinación*", que incluía o imperialismo, os poderes econômicos e os partidos tradicionais.

Sustentando-se num discurso ao mesmo tempo desenvolvimentista e preocupado com a manutenção de costumes da cultura andina tradicional, Morales conquista o cargo de presidente da Bolívia em 2005. A vitória é recebida como uma nova era no país, com um líder vindo da pobreza, do campo e portador de uma herança cultural indígena. Evo prometia combater o neoliberalismo e promover a descolonização do país, pontos que foram essenciais para sua chegada ao poder. Segundo seu vice, Álvaro García Linera, a proposta era de que o país, ainda que capitalista no sentido marxista, passasse a apresentar aspectos não capitalistas, num estado baseado no "*vivir bien*", por uma sociedade que se queria ou se dizia mais igualitária e justa.

Na América Latina, outros países também estavam, na década de 2000, passando por um movimento à esquerda, e cientistas políticos encaixam alguns desses processos de alteração de governo. Esse processo se desdobrou em duas vertentes principais: uma esquerda institucional e moderada, que se apoiava em partidos tradicionais e operava dentro das regras do jogo democrático liberal — como no caso do Brasil, com o Partido dos Trabalhadores e do Uruguai, com a Frente Ampla —, e uma esquerda contestatória e plebeia, que se estruturava na luta direta contra o neoliberalismo e na mobilização popular, como na Venezuela de Hugo Chávez e na Bolívia de Evo Morales. No caso boliviano, a resistência ao neoliberalismo foi decisiva para o surgimento do MAS, que, como ressalta Álvaro García Linera, não se constituiu como partido tradicional, mas como um “instrumento político”, nascido da confluência de sindicatos *cocaleros* e comunidades indígenas. Essa peculiaridade ajuda a compreender por que a vitória de Morales em 2005 foi interpretada como uma ruptura simbólica com a ordem

³¹ MAYORGA, 2020, p. 17.

colonial e republicana, mas que, como lembram Farthing e Kohl (2014), conviveu com permanências estruturais, sobretudo a dependência da economia extrativista³². Além disso, como analisa Mayorga (2020), o estilo de governo de Morales combinava o mandato popular com a contingência das negociações, o que reforça a especificidade da experiência boliviana dentro do espectro das esquerdas latino-americanas.

A vitória eleitoral de Evo Morales em 2005 foi interpretada como a materialização de uma ruptura histórica, simbolizada pela refundação da Bolívia no marco da nova Constituição de 2009 e na autodefinição do país como Estado Plurinacional. Esse momento foi carregado de significados políticos e culturais, pois representou a incorporação formal das maiorias indígenas e camponesas à narrativa nacional. Entretanto, como observa Fernando Mayorga (2020), o estilo de governo de Morales combinou o mandato popular com a contingência das circunstâncias, articulando uma liderança carismática com a necessidade de negociação permanente. Tal diagnóstico permite compreender a ambivalência do processo: ao mesmo tempo em que Morales encarnava, à maneira gramsciana, um projeto nacional-popular enraizado nas lutas sociais, seu governo operava em meio a condicionantes estruturais e compromissos pragmáticos. Assim, como destacam Farthing e Kohl (2014), a expansão de direitos sociais e o reconhecimento das identidades indígenas conviveram com a permanência de um modelo econômico extrativista dependente.

Ao assumir a presidência, Morales desenvolve uma política de bolsas sociais, conhecidos como *bonos*, para diferentes setores das camadas mais pobres, que é muito grande no país desde o início da República. Num formato próximo ao dos programas sociais do Brasil, Morales organiza sistemas de recebimento de auxílios financeiros do Estado a fim de obter melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano no país. Para garantir a permanência das crianças na escola básica, um *bono* de 200 Bolivianos (aproximadamente 30 dólares) por ano à crianças que estivessem frequentando a escola; um *bono* é oferecido aos cidadãos bolivianos com mais de 60 anos de idade, como uma solução paliativa à questão da aposentadoria no país, visto que era parte da promessa presidencial alterar as leis previdenciárias; para combater a mortalidade infantil, *bonos* eram dados à mulheres grávidas mediante realização de exames pré-natais e acompanhamento médico regular³³. Toda essa estrutura de bonificação da camada pobre boliviana é financiada pelo lucro da extração de hidrocarbonetos, recurso natural abundante no país, mas o governo Morales não faz mudanças mais significativas no sistema

³² FARTHING & KOHL, 2014, p.115

³³ FARTHING & KOHL, 2014, p.100-112.

tributário, o que nos leva a concluir que sua fonte financeira de garantia dos programas sociais era quase totalmente baseada na exploração de matéria prima natural, o que é algo problemático, pois não é possível manter infinitamente um investimento vindo de um recurso finito.

O governo do MAS e o presidente Evo Morales, embora tenham sido aclamados por um processo de mudança e por vitórias eleitorais expressivas, também foram alvo de críticas e denúncias de promessas não cumpridas ou de contradições em suas políticas, conforme as fontes deste artigo fornecem. Enquanto “o discurso eco-pachamâmico”³⁴ era proeminente para o exterior, a campanha eleitoral e a retórica interna de Evo Morales tinham um tom fortemente desenvolvimentista. O autor Pablo Stefanoni aponta em seu artigo que:

Na verdade, há a denúncia do modelo capitalista desenvolvimentista/contaminador em escala planetária, porém, pouca reflexão acerca da construção, que obviamente não pode ser em curto prazo, de uma economia pós-extrativista (Gudynas, 2010)¹⁷. Tampouco há uma posição clara sobre os biocombustíveis, além dos discursos de reprovação. Como lembra Jordi Pascual Sala, dentre os planos de infra-estrutura interna estão a estrada Villa Tunari-San Ignacio, que atravessa o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), afetando os povos yuquis, yuracarés e mojeños e beneficiando os colonizadores, cocaleros e comerciantes cochabambinos, e a estrada Apolo-Ixiamas-Porto Chivé, que passa pelo Parque Nacional Madidi (uma das reservas naturais com maior biodiversidade do mundo), prejudicando as comunidades takanas e beneficiando os colonizadores e cocaleros andinos. Além disso, há duas polêmicas represas sobre o rio Madeira financiadas pelo Brasil que permitiriam à Bolívia exportar energia ... ao Brasil. Até agora, a resposta do governo aos setores indígenas (especialmente de terras baixas) e às ONG's ambientalistas foi a acusação de que estão sob influência dos EUA (por meio de sua agência de cooperação, a *United States Agency for International Development - USAID*), e de que buscam impedir o desenvolvimento do país.³⁵

Outra crítica apresentada na obra de Farthing e Kohl é a ineficácia na gestão Estatal, aliada ao *rent seeking* (prática de negociação de privilégios por membros de órgãos públicos em benefício de interesses privados, como uma forma de geração de renda oriunda de comportamentos corruptos)³⁶. A estatal petroleira Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) sofreu devido à corrupção, com o ex-presidente Santos Ramírez sendo acusado de firmar contratos fraudulentos e receber propinas, sendo preso alguns anos após a nacionalização da YPFB, em 2006. A liderança de Evo Morales era extremamente centralizada, com decisões importantes (como a nacionalização de hidrocarbonetos) sendo tomadas individualmente ou com um grupo reduzido de confiança, muitas vezes sem consulta ampla ao gabinete ou às

³⁴ STEFANONI, Pablo. Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 24, 2010. p. 127

³⁵ STEFANONI, 2010. p. 128-129

³⁶ FARTHING & KOHL, 2014, p. 63

organizações sociais. Ele mesmo afirmou: "Yo decido"³⁷. Essa concentração de poder no indivíduo acima do projeto nacional do partido impacta a popularidade do MAS e gera desconfiança dos diferentes setores do país, especialmente na direita.

Após a derrota no referendo constitucional de 2016, que negou a reeleição de Evo Morales, o MAS buscou outras vias legais para habilitar sua candidatura, desconsiderando o veredito das urnas e gerando críticas sobre o respeito à democracia e ao Estado de Direito. A dependência de sua liderança pessoal como fator de coesão do governo e garantia de continuidade do processo de mudança foi ratificada mesmo após a derrota no referendo de 2016, com a busca de alternativas para sua reeleição. Houve enfraquecimento da comunicação do partido com a nação, sem consultas às bases ou pouca informação à opinião pública. Afirma Mayorga:

*El comportamiento gubernamental en estos eventos careció de estrategia discursiva para persuadir a sus seguidores y negociar de manera eficaz con sus detractores. Esta debilidad comunicacional – no realizó consultas a sus bases o informó escasamente a la opinión pública– se tradujo en un uso inadecuado de los recursos de poder institucionales por falta de coordinación y control, como aconteció con la represión policial en Chaparina. Los conflictos provocaron incertidumbre en el proceso decisional y pusieron en entredicho la capacidad del Gobierno para tomar medidas con eficacia y legitimidad.*³⁸

Apesar das conquistas sociais e simbólicas de seu governo, Morales também enfrentou severas críticas. Segundo Mayorga (2020), o estilo de governo de Morales combinava mandato popular e liderança carismática com práticas de centralização e personalismo, o que levou setores da oposição a acusá-lo de autoritarismo, sobretudo após o referendo de 2016. Em perspectiva histórica, Dunkerley (2007) lembra que a “terceira revolução boliviana”, encarnada pelo MAS, não representa o necessário rompimento com os padrões do passado, mas revelou as tensões próprias de uma sociedade abigarrada, em que projetos de emancipação convivem com estruturas herdadas. Essa “revolução” incorpora as ambivalências próprias de uma sociedade abigarrada, marcada por sobreposições de temporalidades e projetos sociais. Assim, o governo de Morales oscilava entre ruptura e continuidade, tensionando símbolos de emancipação indígena e popular com práticas estatais herdadas do passado republicano. Esse paradoxo reforça a necessidade de analisar não apenas o que Morales fez como governante,

³⁷ MAYORGA, Fernando; BATTHYÁNY, Karina; SOUVERIN, Jan. *Mandato y contingencia. Estilo de gobierno de Evo Morales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020 p. 76

³⁸ MAYORGA, Fernando; BATTHYÁNY, Karina; SOUVERIN, Jan, 2020, p. 173

mas também como foi representado cultural e simbolicamente, como ocorre no filme *Evo Pueblo* (2007), que constrói uma narrativa idealizada de liderança e refundação.

***Evo Pueblo* (2007): cinema, mito e refundação simbólica**

Marc Ferro (1992) argumenta que o cinema deve ser compreendido não apenas como reflexo de seu tempo, mas como um agente ativo na produção da história, capaz de intervir na memória social e política. Para o historiador, produções cinematográficas podem ser analisadas em diferentes níveis: o roteiro e sua narrativa explícita; a linguagem cinematográfica (montagem, fotografia, trilha sonora, posicionamento de câmera), que revela intenções implícitas; e, finalmente, a relação entre o filme e o contexto histórico de sua produção e recepção. Essa abordagem permite investigar *Evo Pueblo* (2007) como um artefato que constrói uma imagem pública e simbólica do líder indígena³⁹. A produção de *Evo Pueblo* representou um desafio significativo para Tonchy Antezana, segundo fontes de blogs disponíveis na internet, mas infelizmente não há muita produção e registro do filme em cinematecas ou no site do ministério da cultura boliviano. Conforme relatado pelo blog TEMAS CBBA (2023), todas as tentativas de obter apoio institucional foram frustradas — inclusive junto ao governo, que sequer forneceu um cartaz promocional — e o financiamento inicial, prometido por um amigo, foi abandonado após seis meses de buscas intensas. Antezana então prosseguiu por conta própria, com o apoio de um produtor britânico e recursos familiares.

O filme *Evo Pueblo* (2007), dirigido por Tonchy Antezana⁴⁰, constitui uma das primeiras tentativas cinematográficas de retratar a trajetória de Evo Morales, acompanhando sua vida em quatro etapas: infância, adolescência, juventude e ascensão política até a presidência. A escolha por atores fisicamente semelhantes a Morales, a reconstituição de sua infância humilde como pastor de ovelhas e pedreiro, sua militância cocalera e sua chegada ao poder conferem ao filme um tom pedagógico e simbólico, destinado tanto a resgatar a memória popular quanto a legitimar um novo projeto político.

³⁹ ANTEZANA, Tonchy (Dir.). *Evo Pueblo*. Buena Onda Pic, 2007. 1 vídeo (1h 39min). Publicado no site YouTube pelo Usuário “solidaritet2010”, em 25 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dSuCii5c3II>. Acesso em: 09/09/2025.

⁴⁰ Sergio Antonio Antezana Juárez – mais conhecido como Tonchy Antezana – é um cineasta boliviano nascido em Oruro, em 7 de fevereiro de 1951, com forte envolvimento com questões sociais e culturais do país. É reconhecido por ter escrito e dirigido mais de mil spots publicitários, cerca de 200 documentários e várias séries de TV. Fundador da Prodecine Video, atua como docente universitário e é uma voz ativa na promoção do cinema boliviano contemporâneo, sobretudo em temas ligados à realidade social, cultura e tradição local.

As fontes disponíveis sobre o diretor Tonchy Antezana provêm majoritariamente de espaços não acadêmicos, como blogs e portais digitais. Em *semblanza* (um tipo de esboço biográfico) publicada no *Bolpress* (2010), Antezana é descrito como um “imaginista” que, desde os anos 1980, abriu espaços de resistência cultural em Cochabamba, enfrentando censuras e trazendo ao público obras de Fellini e Bertolucci. O blog de Elías Blanco Mamani (2012) reforça uma imagem revolucionária do diretor ao destacá-lo como um diretor engajado na luta pela descentralização da produção audiovisual e pela aprovação da Lei do Cinema⁴¹. *Evo Pueblo* (2007) deve ser compreendido como uma obra inserida no cinema independente boliviano. Essa perspectiva autoral é crucial para a análise metodológica, pois sugere que a narrativa do filme está profundamente atravessada pela visão de mundo de Antezana, o que orienta a forma de abordar seus elementos estéticos e políticos como fontes históricas.

O diretor afirma, em entrevista ao site de notícias La Nación, que o projeto “*Es una película con poco presupuesto, un cine como mi país: pobre, pero digno*”⁴². Essa perspectiva nos dá um ponto de partida para a análise do filme: mostrar a dignidade, ainda que num contexto de pobreza (seria essa pobreza econômica, social, política?) de Evo e o “*pueblo*” ao qual ele representa. Como observa Lauricella (2007), a estética do filme não recorre a grandes recursos técnicos, mas à valorização simbólica da identidade indígena e da luta sindical, transformando a história pessoal de Morales em metáfora coletiva da refundação boliviana. Essa característica reforça a leitura de Marc Ferro (1992), segundo a qual o cinema pode ser interpretado como uma forma de discurso histórico, em que as escolhas narrativas, estéticas e simbólicas revelam tanto quanto os documentos oficiais sobre o período de produção da obra. Em entrevista de janeiro de 2007, Antezana diz que teve liberdade completa de criação do filme, sem nenhum apoio de empresas ou do Estado, mas é possível perceber que no contexto de sua produção o filme pode ter sido usado como um instrumento de ganho de popularidade para o presidente. Infelizmente não foram encontradas fontes que corroborem com essa interpretação.

Antezana busca ao longo do filme traçar símbolos que representam Evo como uma figura mística, na imagem de um herói saído do povo, que lutará em defesa do mesmo,. É possível dividir a narrativa do filme em quatro eixos temporais da vida do protagonista Evo:

⁴¹ BLANCO MAMANI, Elías. SERGIO ANTONIO ANTEZANA JUÁREZ – Tonchy Antezana, cineasta y videasta boliviano. Murcia: DICCIONARIO CULTURAL BOLIVIANO, Museo del Aparapita, 13 ago. 2012. Disponível em: <https://elias-blanco.blogspot.com/2012/08/antezana-juarez-sergio-antonio-tonchy.html>. Acesso em: 27/08/2025.

⁴² LAURICELLA, Virginia. La película del presidente. *La Nación*, 4 jan. 2007. El Mundo. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/la-pelicula-del-presidente-nid872349/>. Acesso em: 2 set. 2025.

seu nascimento, sua infância e adolescência, sua vida adulta antes do engajamento aos movimentos sociais e depois do envolvimento com os movimentos populares. Essa divisão é presente inclusive no pôster do filme, com a imagem do rosto de Evo em cada uma das épocas. O filme começa com silêncio e uma tela escura com texto em letras brancas, apresentando o que viria a seguir: a execução de Túpac Katari em 1781. Música tensa começa a tocar e há um corte para as cenas em preto e branco, em que vemos Katari ser amarrado a cavalos enquanto o arauto da execução lê, em espanhol com sotaque castelhano, o crime e a sentença dele. Em uma mistura de medo e fúria, Katari olha aos soldados realistas e populares que estavam ao redor e diz “*¡Volveré y seré millones!*”. A tela então torna-se escura novamente e somos direcionados à casa dos pais de Evo, enquanto sua mãe dava a luz a ele, que era, segundo diálogos posteriores, o sobrevivente depois de quatro tentativas de gestação de sua mãe. É possível interpretar a intenção do diretor em conectar pela edição do filme o desfecho trágico, mas heroico de Túpac Katari, com o nascimento em condições desafiadoras de Evo Morales, que há uma proposta de vincular o heroísmo de Katari como herança a Evo.

Após as cenas de uma montagem de abertura do filme, com música de elementos andinos e desenhos que lembram figuras encontradas em relatos do período colonial, temos uma narração do personagem Jaime, aparentemente um jornalista, em um aeroporto, escrevendo sobre a ascensão de Evo à presidência, dando ênfase ao fato de ele ter sido eleito democraticamente pela maioria marginalizada do país. É uma descrição um tanto entusiasmada, que termina com a fala “*Hoy, millones de invisibles ven en él un rayo de luz en más de quinientos años de oscuridad.*”. Logo em seguida, temos um corte para Evo já adulto, com a data de 22 de janeiro de 2006, em que acontecia na realidade a cerimônia de posse de Evo como primeiro presidente boliviano autodeclarado indígena. Aqui há dois elementos interessantes: a vestimenta do personagem e o foco em um colar com pingente de âncora que ele veste como último acessório. Ao longo das cenas já na fase adulta de Evo, encontramos cortes com trilha sonora andina (sons de flautas e tambores em referência à música tradicional do país) enquanto vemos uma pessoa costurando a roupa que seria usada por Evo na cerimônia de posse, fazendo menções a momentos decisivos para a construção do líder político que Evo viria a se tornar.

Na mudança de Evo à Oruro, há uma cena em que ele vai trabalhar na confecção de tijolos e deixa cair alguns dos tijolos frescos. Nesse momento, um homem, que parecia ser um colega mais experiente no trabalho o agride e ofende Evo verbalmente, usando o termo “índio” como uma ofensa. Seguido desse momento, há uma cena em uma aula de história de uma turma de adultos trabalhadores (sabemos disso também pela fala do professor). O tema da aula é a

conquista da Mesoamérica (o termo “conquista” aparece no quadro com aspas), e o discurso do professor se concentra na figura de Hernán Cortéz, apresentando sua vitória contra os astecas com ar heroico, porque sua fala se concentra na habilidade do colonizador espanhol de organizar grupos opositores ao império e tomar a cidade, com a frase final “*unidos, podemos ganar*”, com um corte voltado ao rosto de Evo. Aqui é perceptível que o diretor acaba apresentando uma visão eurocêntrica do processo de colonização, o que pode confundir a interpretação do espectador, já que o filme abre com um momento heroico do mártir Túpac Katari que enfrentou a coroa espanhola. É possível interpretar que Antezana considerou esse monólogo do professor como um momento de inspiração de Evo a um personagem histórico marcante na história do país que foi bem-sucedido pela capacidade de unir grupos, mas há camadas mais profundas de análise, como propõe as análises de Ferro. A busca pela identidade de Evo enquanto líder político defensor da causa popular aqui resulta no contato com uma figura que historicamente foi responsável pela subjugação dos povos indígenas.

A primeira cena que faz menção à vestimenta de Evo na cerimônia de posse da presidência da Bolívia acontece na mudança do protagonista da cidade de Oruro para a província de Chapare. Enquanto observamos o corte do tecido e as primeiras costuras, ouvimos no rádio um noticiário informando da migração de milhares de famílias do altiplano ao vale de Chapare nos últimos anos pela queda no valor do estanho que impactou a mineração na região, e menciona o dia 17 de julho e a instalação de um governo liderado por Luis García Mesa e Luis Arce Gómez, ambos militares, com suporte de um grupo paramilitar liderado pelo ex-oficial da SS e da Gestapo Nikolaus “Klaus” Barbie. Este evento real foi uma agressão despótica, literal e crua, não apenas à democracia representativa, mas ao sentido republicano mais elementar.

Há uma interação de Evo com o personagem Reneco em uma partida de futebol; o esporte é presente em cada um dos estágios da vida de Evo e aqui em diálogo com Reneco, a quem ele já conhecia do povoado em que viveu na infância, Reneco diz que precisavam de um goleador e um capitão para organizar o time, aqui fazendo uma clara menção ao dever quase heroico construído no filme de que Evo se tornasse um líder. Ao final do jogo, em uma mesa de bar, Evo e Reneco encontram Ramiro, e conversam sobre a necessidade de organização para conseguir mudanças. Ramiro apresenta dois livros a Evo: *La Revolución India*⁴³ (1970), de

⁴³Reinaga propõe que a verdadeira revolução boliviana não viria do marxismo europeu nem do nacionalismo criollo, mas do renascimento indígena. A Bolívia é uma nação majoritariamente indígena e, portanto, só poderá se libertar ao colocar o índio — aimará e quêchua principalmente — como sujeito histórico central. A “*Revolución India*” não seria apenas política, mas também espiritual e cultural, resgatando a cosmovisão andina (Pachamama,

Fausto Reinaga, e *El saqueo de Bolivia*⁴⁴ (1973), de Marcelo Quiroga Santa Cruz, dizendo que estas são as “metralhadoras” com as quais se arma. Temos então um corte para Evo lendo o livro de Marcelo Quiroga Santa Cruz enquanto ouve no rádio (aqui já cerca de 5 anos depois da cena anterior, pelo que é dito pelo radialista) que a inflação aumentou e a catástrofe econômica não tem precedentes. Ramiro fala com Evo sobre uma articulação da causa dos cocaleros inicialmente com os grupos indígenas, e em seguida com os grupos operários e fabris, mas Evo rebate falando sobre como a coca é a causa principal da luta em que eles se inserem, levando a um questionamento se o personagem realmente se envolve com a questão dos direitos indígenas ou se o sucesso no atendimento das demandas das federações de *cocaleros* são a prioridade.

Em discurso dado a um público de camponeses, no mesmo local em que antes aconteceram as reuniões com dirigentes da federação que Evo fazia parte, sua fala traz algumas percepções interessantes:

(...) *En esas próximas elecciones, vamos a votar por nosotros mismos.* (público reage com salva de palmas) *Si no sabemos gobernar, vamos a aprender a gobernar. Dicen que somos ignorantes, pero no nos asustemos de nuestra ignorancia. Ellos tienen muchas frases, muchas propuestas. Nosotros tenemos poco. Pero al de nosotros no tiene engaños porque no hay mentira.* (outra salva de palmas) *Porque aprendimos lo esencial. Hemos aprendido a trabajar, hemos aprendido a no mentir, hemos aprendido a no robar. Que los campesinos y los obreros sean la voz de los campesinos e obreros para que juntos seamos más!*

Há nesse discurso de Evo um elogio à “ignorância” dos grupos camponeses e operários, como se este fosse um aspecto identitário desses indivíduos, e não é trazida a questão do desrespeito do Estado aos direitos dos povos indígenas em nenhum momento. É possível perceber que a questão indígena está presente como um plano de fundo em este e em diferentes momentos do filme, sendo mais um elemento ilustrativo do que uma pauta à causa que Evo e seus companheiros se propõem a defender.

comunidade, reciprocidade) como base de um novo projeto civilizatório. A obra está na base da ideologia que, décadas depois, inspirou parte do discurso de Evo Morales e do MAS.

⁴⁴ A obra foi escrita no contexto das lutas contra as ditaduras militares e as políticas entreguistas da época. Santa Cruz questiona a “independência” boliviana, argumentando que, enquanto suas riquezas estiverem controladas por potências estrangeiras, o país permanecerá dependente e subalterno. A Bolívia, desde a colônia, sofre um processo sistemático de pilhagem: primeiro a prata de Potosí, depois o estanho, e no século XX o petróleo. Esse saque é operado por empresas transnacionais com cumplicidade da oligarquia nacional. O livro virou referência para a esquerda boliviana e influenciou debates que reapareceram com força no governo de Evo Morales, que fez da nacionalização do gás e do petróleo uma bandeira política.

O terceiro ato do filme envolve a construção de Evo como líder da causa *cocalera* e sua perda dos laços com os personagens Reneco e Ramiro, sendo o primeiro brutalmente assassinado por soldados durante uma manifestação, e o segundo é removido do plano político de Evo por ele mesmo, que diz a ele: “*devo seguir caminando solo.*”. Investigando registros biográficos e livros sobre a história de Evo, não há menções a pessoas específicas que possam representar esses personagens na vida dele. No entanto, elas confirmam que ele foi detido por militares, foi alvo de insultos racistas por um oficial, e atuou como líder em um contexto de intensa e violenta repressão militar e policial contra os produtores de coca, o que o colocava em constante risco de confronto e agressão.

Em seu último discurso, já vitorioso nas eleições de líder sindical cocalero e em meio a gritos de “*¡Evo presidente!*”, temos mais um objeto para análise:

Compañeros, estoy orgulloso de los pueblos indígenas, que son la reserva moral de la humanidad. ¡Podemos seguir hablando de nuestra historia, podemos seguir recordando de nuestros antepasados!; Como lucharon!; Como Túpac Katari que luchó para restaurar el Tawantinsuyu⁴⁵; O como Simón Bolívar que luchó por una patria grande!; El Che Guevara, que luchó por un nuevo mundo en igualdad!

Aqui há menção à figura de Túpac Katari, presente na primeira cena do filme, e ao império inca, misturada com menções a Simón Bolívar e Che Guevara, com o aparente objetivo de mesclar essas três figuras históricas à construção de uma luta por uma “patria grande” e um “mundo em igualdade”. Essa cena é seguida por um retorno à mesa da costureira, que agora já terminou a vestimenta de Evo, como se esse momento na história do protagonista, que passou por perdas e desafios, mostrasse que ele estaria pronto para se tornar o líder do país. O filme se encerra com cortes de cenas reais dos levantes populares em La Paz nos anos 2000 e narrativa em *off* que nos dá a sequência dos eventos que levam à vitória de Evo com maioria de votos na eleição presidencial em 2005. A posse de Evo é vista em uma televisão de um restaurante e há um *close-up* longo até o rosto de uma mulher branca que se emociona e chora. A cena final antes dos créditos, que passa enquanto a música da trilha sonora original do filme começa a tocar, mostra Evo voltando a sua vila da infância e encontrando Don Manuel, que diz que este ano a colheita será boa (assim como o pai de Evo disse quando ele nasceu). Evo então diz que tem muitas coisas a contar, e temos o último *fade out* para a rolagem dos créditos.

⁴⁵ **Tawantinsuyu** (em quíchua: "as quatro regiões unidas") era o nome dado ao império inca, que abrangia boa parte da região andina antes da conquista espanhola. Simbolizava uma ordem política e espiritual baseada na reciprocidade, redistribuição e na centralidade da Pachamama.

Conclusão

A análise empreendida neste trabalho buscou compreender como a trajetória de Evo Morales e sua representação no filme *Evo Pueblo* (2007) se inscrevem em um processo histórico mais amplo de rupturas e permanências na sociedade boliviana, meio a processos alineares de luta dos indígenas frente às condições de vida e trabalho existentes dentro do Estado boliviano. Do ponto de vista histórico-estrutural, a Bolívia carrega desde a independência um padrão de exclusão das maiorias indígenas, como evidenciado por Gruner ao analisar o período republicano inicial e retomado por Zavaleta Mercado na caracterização da sociedade abigarrada. Nesse horizonte, a ascensão de Morales pode ser lida, como propõe Dunkerley, como uma “terceira revolução boliviana”: tentativa de refundação do Estado a partir das maiorias subalternas.

No entanto, o governo do MAS revelou-se ambivalente. Se, por um lado, ampliou direitos sociais, valorizou identidades indígenas e promoveu uma incorporação simbólica inédita dessas maiorias ao Estado, por outro manteve a dependência do extrativismo e práticas de centralização política, conforme destacam Farthing & Kohl (2014) e Mayorga (2020). Esse paradoxo mostra que a refundação não foi homogênea nem linear, mas atravessada por tensões próprias de uma sociedade marcada por sobreposições históricas.

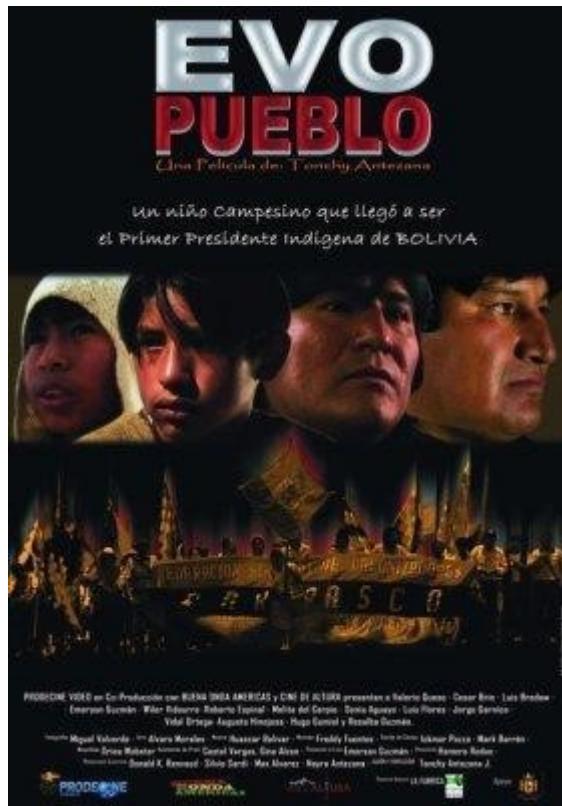
É nesse contexto que o filme *Evo Pueblo* adquire relevância como objeto de estudo. A narrativa de Tonchy Antezana, ainda que construída com poucos recursos, transforma Morales em símbolo mítico de continuidade com Túpac Katari e com a tradição popular andina, atuando como um artefato de legitimação e pedagogia política. À luz das reflexões de Marc Ferro e Robert Rosenstone⁴⁶, o filme deve ser compreendido não apenas como registro, mas como uma “escrita da história” que contribui para a formação da memória coletiva. Contudo, essa construção idealizada silencia ambiguidades e conflitos, projetando um líder heróico que nem sempre corresponde à complexidade de seu governo.

Assim, a figura de Evo Morales — e sua representação cinematográfica — evidencia a centralidade do simbólico na política latino-americana e os limites de qualquer projeto de refundação nacional. Mais do que um fim de ciclo, trata-se de um processo aberto, no qual a disputa por significados, identidades e projetos de futuro continua a marcar a trajetória da Bolívia no século XXI.

⁴⁶ ROSENSTONE, Robert A. *History on Film/Film on History*. Harlow: Pearson Longman, 2006.

ANEXOS

Anexo I – Pôster do filme *Evo Pueblo* (2007)



Disponível no site <https://www.filmaffinity.com/es/film508182.html> - Acesso em 27/09/2025

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. R. C. de. Populações indígenas e Estados nacionais latino-americanos: novas abordagens historiográficas. In: AZEVEDO, C.; RAMINELLI, R. (orgs.). Histórias das américas: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- ANDERSON, B. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: América Latina colonial. v. 1. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.
- CARRIÓN, Julio F. War, Revolution, and Failed Democratization in Bolivia and Ecuador. *Journal of Latin American Studies*, v. 43, n. 3, p. 497–526, 2011.
- CASTAÑEDA, Jorge G. La utopía desarmada: intrigas, dilemas y promesas de la izquierda en América Latina. Buenos Aires: Ariel, 2006.
- DUNKERLEY, James. Evo Morales, the “Two Bolivias” and the Third Bolivian Revolution. *Journal of Latin American Studies*, v. 39, n. 1, p. 133-166, 2007.
- DUNKERLEY, James. The Bolivian Revolution at 60: Politics and Historiography. *Bulletin of Latin American Research*, v. 27, n. 2, p. 185-206, 2008.
- ELLIOTT, John H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: América Latina colonial. v. I. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1997. p. 143-191.
- FARTHING, Linda; KOHL, Benjamin. Evo’s Bolivia: Continuity and Change. Austin: University of Texas Press, 2014.
- FERRO, Marc. Cinema e História. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GARCÍA LINERA, Álvaro. La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia. La Paz: CLACSO; Muela del Diablo, 2008.
- GRUNER, Wolf. Parias de la patria: ciudadanía, raza y política en Bolivia (1826-1890). La Paz: Plural Editores, 2010.
- HALPERÍN DONGHI, T. A economia e a sociedade na América espanhola do pós-independência. In: BETHELL, L. (org.). História da América Latina: da Independência a 1870, vol. III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.
- HARTEN, Sven. The Rise of Evo Morales and the MAS. Londres: Zed Books, 2011.

MAYORGA, Fernando. Mandato y contingencia. Estilo de gobierno de Evo Morales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020.

ROSENSTONE, Robert A. History on Film/Film on History. Harlow: Pearson Longman, 2006.

ROMERO PITTARI, Salvador. La Revolución de 1952: el mito y el hecho. Revista de Ciencia Política, Santiago de Chile, v. 23, n. 2, p. 397-412, 2003. DOI: <https://doi.org/10.4067/S0718-090X2003000200006>

STEFANONI, Pablo. Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. Lutas Sociais, São Paulo, n. 24, p. 115–131, jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.23925/ls.v0i24.18838>

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZAVALET MERCADO, René. Lo nacional-popular en Bolivia. 2. ed. La Paz: Siglo XXI, 2008.

FILME:

ANTEZANA, Tonchy (dir.). *Evo Pueblo*. [Filme]. Bolívia: Buena Onda Pictures, Prodecine, 2007, 104 min, son, color.

BLOGS E SITES:

LAURICELLA, Virginia. ‘Evo Pueblo’, la película del presidente. *Rebelión*, 5 jan. 2007. Cultura. Disponível em: <https://rebelion.org/evo-pueblo-la-pelicula-del-presidente/>. Acesso em: 02/09/2025.

GARCÍA MÉRIDA, Wilson. Semblanza de Tonchy Antezana, Premio Plurinacional de Culturas. Bolpress, La Paz, 27 maio 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20101115040820/http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2010052705>. Acesso em: 27/08/2025.

BLANCO MAMANI, Elías. SERGIO ANTONIO ANTEZANA JUÁREZ – Tonchy Antezana, cineasta y videasta boliviano. Murcia: DICCIONARIO CULTURAL BOLIVIANO, Museo del Aparapita, 13 ago. 2012. Disponível em: <https://elias-blanco.blogspot.com/2012/08/antezana-juarez-sergio-antonio-tonchy.html>. Acesso em: 27/08/2025.